



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – *CAMPUS XIV*
COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MILSON MARCOLINO OLIVEIRA

**APONTAMENTOS HISTÓRICOS DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS
EXCEPCIONAIS – APAE NO MUNICÍPIO DE SANTALUZ – BAHIA: OS
DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO DA
FUNDAÇÃO AOS DIAS ATUAIS**

CONCEIÇÃO DE COITÉ
2023

MILSON MARCOLINO OLIVEIRA

**APONTAMENTOS HISTÓRICOS DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS
EXCEPCIONAIS – APAE NO MUNICÍPIO DE SANTALUZ – BAHIA: OS
DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO DA
FUNDAÇÃO AOS DIAS ATUAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado da Bahia, como requisito para obtenção do título de Graduação em Licenciatura em História.

Orientadora: Prof.^a Maria Cezarela Oliveira Carvalho

**CONCEIÇÃO DE COITÉ
2023**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me dar vontade, coragem e vida para superar todas as dificuldades durante essa jornada. Também gostaria de agradecer à minha orientadora, Prof.^a Maria Cezarela Oliveira Carvalho, pela orientação e compartilhamento de conhecimentos e material bibliográfico, pelo carinho e confiança, desde o início desta parceria, pela paciência na orientação dos meus estudos, mas também por tornar-se uma grande amiga.

Gratidão a APAE de Santaluz que me recebeu com muito carinho, por ter permitido que a história da APAE chegue até outras pessoas, principalmente a Diretora Geral Erenildes Nascimento Lima que me ajudou bastante, sempre que precisava, aos professores Danuza da Silva Nunes Oliveira e Glauber Santos Silva que foram os entrevistados, que autorizaram os seus nomes nessa pesquisa científica, e disponibilizaram um pouco do seu tempo para estarem presente nessa história e pela confiança quando prestaram e registraram neste trabalho os seus depoimentos.

A minha esposa Emanoele por compreender, ter paciência pela a minha ausência, em momentos que precisava de mim, enquanto eu me dedicava à realização desta graduação.

Todos os colegas da minha turma que acreditaram na minha capacidade e com quem convivi intensamente durante os semestres, também alguns professores que viram que eu posso ser alguém e me tornar um ótimo professor de história.

“As crianças não são apenas o futuro, como muitos dizem, elas já são o presente. Que a pureza delas venha contagiar o mundo e que essa fonte seja inesgotável.”

Letícia Butterfield

No palco da vida, dançamos a canção,
Onde cada nota é uma expressão,
Mas, oh, há quem caminha com passos distintos,
Num ritmo único, entre obstáculos distintos.

Na dança da existência, diversidade é arte,
Onde a inclusão desenha um novo quadro,
Cores vibrantes, formas diversas,
Dentro do panorama da sociedade que abraça.

Um mundo que acolhe, não exclui,
Onde o coração aprende a ver,
Além das limitações, além das barreiras,
Onde a essência é o que importa prevalecer.

A deficiência é apenas um detalhe,
Na sinfonia que todos contribuímos,
Cada ser, uma peça única do quebra-cabeça,
Na construção da nossa orquestra.

Quebrando estigmas, desatando laços,
Erguendo pontes de compreensão,
Somos um, na diversidade que abraça,
A magia da inclusão, uma celebração.

Amar a diferença, é enxergar a beleza,
Num mosaico onde todos têm espaço,
Na trama da vida, um elo de união,
Pessoas com deficiência, é luz na escuridão.

Que cada olhar seja um abraço sincero,
Que cada passo seja um passo inteiro,
Num mundo onde a diversidade é a riqueza,
A inclusão social, a nossa fortaleza.

No ritmo da inclusão – Milson Marcolino Oliveira

RESUMO

Esse trabalho de conclusão de curso tem como temática a implementação da APAE de Santa Luz da fundação aos dias atuais. Tendo como problema norteador: como foram edificadas as perspectivas de compreensão dos processos educativos das pessoas com deficiências para a promoção da educação inclusiva. Este estudo traz como justificativa evidenciar ao leitor a própria história da educação especial no Brasil, enfocando em certo momento, a emergência da APAE – Santa Luz, provocando um debate sobre inclusão e integração. Objetivamos a compreensão do percurso histórico político do movimento de luta pelo processo de promoção de políticas públicas para a Educação Inclusiva no Brasil. Para construção dos fundamentos teóricos dialogamos com: Maria Teresa Egler Mantoan (2015) e Rosana Glat (2004), dentre outros que discutem sobre os núcleos conceituais básicos tratados pela pesquisa que desenvolvemos: Quanto aos aspectos metodológicos a abordagem é qualitativa, pois, consideramos que tal perspectiva é a mais adequada para tratar do objeto de estudo: as contribuições da APAE em seu percurso histórico para a educação inclusiva no município de Santaluz. Concluímos que mesmo com tantas dificuldades, barreiras, tendo poucos recursos financeiros a Apae de Santaluz não desiste de buscar os direitos das pessoas com deficiência, em consonância com uma Educação Inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Inclusão; Integração; Políticas Públicas; APAE

ABSTRACT

This course conclusion work has as its theme the implementation of APAE de Santa Luz from its foundation to the present day. Having as a guiding problem: how the perspectives of understanding the educational processes of people with disabilities were built to promote inclusive education. This study aims to highlight to the reader the history of special education in Brazil, focusing on a certain moment, the emergence of APAE – Santa Luz, provoking a debate on inclusion and integration. We aim to understand the political historical path of the movement fighting for the process of promoting public policies for Inclusive Education in Brazil. To build the theoretical foundations, we discussed with: Maria Teresa Egler Mantoan (2015) and Rosana Glat (2004), among others who discuss the basic conceptual cores covered by the research we developed: As for methodological aspects, the approach is qualitative, as we consider that such a perspective is the most appropriate to address the object of study: the contributions of APAE in its historical path to inclusive education in the municipality of Santaluz. We conclude that even with so many difficulties, barriers, and

having few financial resources, Apae de Santaluz does not give up on seeking the rights of people with disabilities, in line with Inclusive Education.

KEYWORDS: Education; Inclusion; Integration; Public policy; APAE

LISTA DE FIGURAS

Figura 10 1: Localização de Santaluz na Bahia

Figura 11 2: Estatua em homenagem aos garimpeiros

Figura 11 3: Igreja Matriz, Paroquia de Santa Luzia-Santaluz-Ba

Figura 12 4: Feira Livre em Santaluz

Figura 30 5: Símbolo e Bandeira da APAE

Figura 6: X Congresso Estadual das Apaes Bahia, Fórum de Autodefensores e Fórum da Família realizado em Salvador.
35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 LOCUS DA PESQUISA: CONTEXTO MUNICIPAL	Erro! Indicador não definido.
3 DIÁLOGOS TEÓRICOS: INTEGRAR OU INCLUIR? O DESAFIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DE MANTOAN E DE GLAT.	Erro! Indicador não definido.
4 BREVE HISTÓRICO DA DEFICIÊNCIA: A LUTA PARA INCLUSÃO DOS DIFERENTES.....	Erro! Indicador não definido.
5 BREVES REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO VOLTADA PARA AS PESSOAS COM DEFICIENCIA NO BRASIL	18
6 SURGE A APAE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXECPCIONAIS: BREVES APONTAMENTOS HISTÓRICOS.....	Erro! Indicador não definido.
7 ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTALUZ (BA): UM BREVE HISTÓRICO E SUA ROTINA ATUAIS	Erro! Indicador não definido.
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	Erro! Indicador não definido.4
9 REFERÊNCIAS.....	Erro! Indicador não definido.7
10 ANEXO I.....	Erro! Indicador não definido.9

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa científica, que originou a escrita do presente texto, foi intitulada Apontamentos Históricos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE no Município de Santaluz – Bahia: os desafios da implementação de políticas de inclusão da fundação aos dias atuais, cuja abordagem é qualitativa, pois, consideramos que tal perspectiva é a mais adequada para tratar do objeto de estudo: as contribuições da APAE em seu percurso histórico para a educação inclusiva no município de Santaluz.

Neste sentido, este estudo enfatizou a ideia de fazer uma releitura, amarrando os fios das leituras que efetivamos no sentido de compreender os movimentos históricos edificados ao longo da trajetória histórica na luta pelo direito das pessoas com deficiência estarem e viverem livres na sociedade, sendo possível o direito a aprendizagem escolar.

Nossa questão norteadora sustenta-se mediante a indagação: ao longo do tempo, como foram edificadas as perspectivas de compreensão dos processos inclusivos das pessoas com deficiências para o processo de educação inclusiva?

As indagações desta pesquisa são enriquecidas pelas intenções científicas que podem ser delineadas pelo seguinte objetivo geral: construir um diálogo com perspectivas teóricas sobre inclusão abordando as contribuições de Mantoan e Glat situando o percurso histórico político da APAE de Santa Luz no movimento de luta pelo processo de promoção de políticas públicas para a Educação Inclusiva no Brasil abordando o seu cotidiano mediante relatos dos sujeitos sociais protagonistas do movimento Apaeano em Santaluz.

Na tentativa de fortalecer o objetivo geral especificamos nossas intenções nas seguintes perspectivas: abordar uma discussão teórica sobre integração e inclusão na perspectiva de Mantoan e Glat situando o movimento de implantação da APAE no município de Santaluz destacando conhecimentos sobre a articulação governamental e não governamental no campo da educação inclusiva apresentando um breve histórico sobre o fenômeno político da inclusão no Brasil no campo da Educação articulando a APAE nesse contexto e por fim, apresentando ao leitor uma socialização reflexiva de depoimentos de sujeitos protagonistas do movimento Apaeano.

Para tanto, edificamos a proposta de um estudo pautado pela abordagem qualitativa, sendo efetivado pelos caminhos da investigação bibliográfica, tendo o recorte específico para a literatura especializada, fontes históricas que aludem as narrativas históricas e movimentos de luta pela inclusão das pessoas com deficiência na sociedade e nos espaços escolares.

Assim, acreditamos na pertinência do escrito, o qual se mostra estruturado em seções que dialogam entre si, evidenciando ao leitor a própria história da educação especial no Brasil, enfocando em certo momento, a emergência da APAE, enquanto instituição não governamental, que atua e continua na luta pela inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

2 LOCUS DA PESQUISA: CONTEXTO MUNICIPAL

A cidade de Santaluz nasceu no século passado a partir de uma estação ferroviária da Leste Brasileira, projeto localizado onde existia um conjunto de casas, na Fazenda Santa Luzia, no município de Queimadas. Com a inauguração e uso regular da Estação, formou-se Arraial, com a construção de edifícios habitacionais e comerciais.



Figura 1: Estação que originou a cidade
Fonte: acervo pessoal do autor (2023)

Segundo relatos orais de moradores antigos o município de Santaluz foi originalmente chamado de Santa Luzia sendo um território desmembrado do município de Queimadas por decreto estadual de 18 de julho de 1935. Em 1943, o topônimo foi alterado para Santaluz. Nesta sede foi criado um distrito com a denominação de Santa Luzia em 1918, que foi elevada à categoria de cidade por

decreto estadual de 30 de março de 1938. A população estimada do IBGE para 2022 é de 37.834 habitantes.

Santaluz é um município do estado brasileiro da Bahia. É reconhecida regionalmente pela produção de sisal, mais intensamente explorada até a década de 1990, hoje é o maior produtor de pedra da Bahia, além de minas de ouro descobertas, sendo também uma das que possui as maiores reservas de cromo da região Nordeste.



Figura 2: Estatua em homenagem aos garimpeiros
Fonte: acervo pessoal do autor (2023)

No campo da cultura local, podemos destacar as seguintes manifestações: o aniversário da cidade (julho), festa do padroeiro (dezembro), festa da confissão, além de eventos tradicionais que resistem como reisado, malvas, samba-de-roda, a capoeira e entre outros. Na Literatura de Cordel destacam-se Nelci Lima da Cruz, Edisvânio Nascimento e Justino Nunes, ambos egressos da UNEB, das licenciaturas em Letras e História. Na Literatura Moderna, Guido Guerra, Epitácio Carvalho, entre outros que não são citados pela falta de resgate de culturas marginalizadas.



Figura 3: Igreja Matriz, Paroquia de Santa Luzia-Santaluz-Ba.
Fonte: De autoria própria

Santaluz também é conhecida mediante narrativas populares como a cidade dos ex-coronéis do interior, fato esse que chama muito a nossa atenção como aspecto político histórico capa de reverberar nos processos educativos contemporâneos face a luta por inclusão. No que concerne a

agricultura podemos destacar a produção significativa de sisal, milho, feijão, mandioca, goiaba e hortaliças, e na pecuária distinguimos entre bovinos leiteiros e de corte, ovinos, caprinos, burros, muares e galinhas caipiras.



Figura 4: Feira Livre em Santaluz
Fonte: acervo pessoal do autor (2023)

No setor industrial e comercial, segundo dados da JUCEB, o município possui 88 Empresas, ocupando a 64ª posição geral no Estado da Bahia, e 538 estabelecimentos comerciais, ocupando a 86ª posição entre o município baiano. Existem pouquíssimas lojas diversas na cidade, por ser uma cidade pouco conhecida, mas existem grandes negócios na região, alguns deles até mesmo estabelecidos na cidade. Um setor muito importante do município de Santaluz é a mineração, pois no setor de produtos minerais são produzidos cromo, ouro, magnésio, prata e granito verde para produção de placas, meias placas, paralelepípedos e móveis artesanais.

O lócus da pesquisa é um município importante da região sisaleira do Estado da Bahia que traz em sua história importantes lutas pela conquista da cidadania plena mantendo até os dias atuais articulações políticas que venham proporcionar condições para amplitudes no campo do desenvolvimento social, dentre elas, a educação e dentro desse importante fenômeno situamos a nossa pesquisa elegendo o movimento político social da APAE como consolidação de lutas cotidianas por inclusão, o que significa desafios constantes dentre eles situar no processo de emancipação dos sujeitos as diferenças entre integrar e incluir, pauta que nos propomos a discutir na próxima seção deste trabalho.

3 DIÁLOGOS TEÓRICOS: INTEGRAR OU INCLUIR? O DESAFIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DE MANTOAN E DE GLAT.

As discursões sobre a Educação Inclusiva no Brasil não é um processo novo, acompanha todo processo de lutas em prol da educação pública e democrática de direito, a Constituição de 1988 é um marco histórico no processo de rupturas em prol de lutas e avanços no campo da inclusão e é nesse processo que emerge uma questão que alimenta debates sobre o processo de educar Seres humanos com especificidades físicas, cognitivas e neurodiversos: “INTEGRAR ou INCLUIR?”. Segundo Maria Tereza Eglér Mantoan, a inclusão é muito mais do que Integrar os alunos com especialidade educacional na sala de aula regular, pois a inclusão quer uma mudança fundamental na forma, como pensamos sobre a educação e a diversidade Humana, de acordo com Rozana Glat uma das barreiras, mais graves da inclusão desses alunos que apresenta dificuldades de aprendizagem, é despreparo dos profissionais do sistema regular, as vezes sem execução para atender as necessidades especiais.

A inclusão é uma questão muito importante na educação moderna, que visa garantir justiça e igualdade de oportunidades para todos os alunos, independentemente das suas diferenças e necessidades. Entre os vários pensadores que contribuíram para o debate sobre a inclusão, Maria Teresa Mantoan e Rosana Glat destacam-se pelas suas abordagens diferentes, mas complementares, do tema.

Autora Mantoan, passa a ser uma referência respeitável no campo da educação inclusiva no Brasil, é doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e no momento atual é professora titular da faculdade de Educação da mesma universidade, tem uma longa trajetória na defesa da inclusão escolar de pessoas com deficiência, foi uma das responsáveis pela elaboração da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que foi publicada em 2008, também cooperou na elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014. Além disso, a autora tem diversos livros e artigos sobre educação inclusiva, no que destaca a importância da transformação da escola em um ambiente inclusivo, que sustenta a diversidade e respeito a diferença individual dos alunos, pois através do seu trabalho tem fundamento para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que reconhece e valoriza os recursos de todos as pessoas.

Outra referência teórica que contribui com esse debate é Rosana Glat, pesquisadora focada em pesquisas de políticas públicas para integração escolar no Brasil. A sua abordagem enfatiza a importância das políticas públicas para a inclusão escolar e a necessidade de promover a colaboração entre a política de educação e a política de saúde e assistência social, hoje atua como Professora Titular da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), atuando no Programa de Pós-graduação em Educação (PROPEd) e no Curso de Pedagogia, nas modalidades presencial e a distância. Seus principais temas de investigação incluem Educação Especial, Educação Inclusiva, políticas públicas educacionais para alunos com deficiências, formação de professores, deficiência intelectual, e questões psicossociais, o que se expressa em sua ampla produção científica. Atualmente é Assessora das áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes da Diretoria Científica da FAPERJ; consultora da Comissão de Inclusão e Diversidade do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, da Federação Nacional das APAES (Fenapaes) e da Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais (Feapaes-MG) e foi Vice-Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE). Além disso, a autora possui vários livros na área da inclusão, como: Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar; A integração social dos portadores de deficiência; sexualidade e deficiência mental: pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema; Pesquisa em educação especial na Pós-Graduação e entre outros, apoia o debate sobre o aprofundamento da educação inclusiva de alunos com necessidades educativas especiais.

De acordo com Mantoan, a integração é um processo que envolve a adaptação dos alunos com dificuldades educacionais ao sistema de Educação que existe, ou seja, a escola permanece na mesma, e os alunos com especialidade educacional são colocados em salas de aula regulares, que possam acompanhar o ritmo dos outros alunos. Como a inclusão é um processo de transformação da escola e de todos, independentemente das suas diferenças, têm o direito de participar livremente no desenvolvimento de aprendizagem.

Para Glat, a educação inclusiva é um direito de todos os alunos e deve ser garantida pelo Estado através de políticas públicas que garantam o acesso, a disponibilização de recursos e a satisfação das necessidades educativas específicas dos alunos. Defende a importância da participação da sociedade civil na formulação

e implementação destas políticas e sublinha a necessidade de lutar contra práticas excludentes e discriminatórias na escola.

A educação inclusiva é baseada no reconhecimento de que cada criança tem necessidades diferentes e que a diversidade humana é um fato inerente à natureza humana. Em vez de tentar integrar a diversidade em sistemas educacionais significativos, a inclusão reconhece e respeita as diferenças como parte integrante da aprendizagem e do desenvolvimento humano. No entanto, a implementação da educação inclusiva continua a ser um desafio em muitas partes do mundo. Como relata Rozana Glat, na questão da transformação pela Educação Inclusiva: “A proposta de Educação Inclusiva implica, portanto, um processo de reestruturação de todos os aspectos e dos próprios sistemas educacionais.”

Muitas escolas e pais ainda veem a inclusão como uma tarefa difícil, complexa e não sabem como atender com eficácia as necessidades específicas de seus alunos. Além disso, muitos governos não fornecem o apoio e os recursos necessários para implementar com sucesso a educação inclusiva. Para enfrentar esse desafio, devemos mudar a forma como pensamos a educação e a diversidade humana. A educação inclusiva deve basear-se na flexibilidade e no apoio individual, em vez de tentar moldar os alunos em padrões de expressão. Isso requer investimento em recursos e treinamento para os pais, bem como um sério compromisso governamental e educacional com a inclusão. Em suma, a inclusão não é apenas a integração de alunos com deficiência em salas de aula regulares. É um processo complexo e difícil que requer mudanças fundamentais na forma como pensamos a educação e a diversidade humana. Mas quando a educação inclusiva é implementada com sucesso, pode ser uma ferramenta poderosa para promover a igualdade, a diversidade e o desenvolvimento humano.

Não há menor dúvida de que garantir às pessoas deficientes educação, profissionalização, e mobilidade são pré-requisitos para sua integração na sociedade. Entretanto, o ponto que quero ressaltar é que esses fatores não são suficientes para sua aceitação social. (Glat, p.15, 2004)

Conforme a referência acima de Glat, discutir que a educação, a especialização e a mobilidade não têm sentido, se não há pessoas suficientes com conhecimentos especializados para a integração social, principalmente no círculo familiar, pois, sem participação direta, formando relações entre as pessoas não acontece. Não se trata apenas de política públicas que é um do grande problema para inclusão, que não tem apoio, mas também de relações sociais criando

mecanismos concretos para que todos vivenciem a mudança, praticando ao máximo uma integração física.

No cerne desse debate sobre integração e inclusão, sendo a última um processo político social de imensa grandeza pois mobiliza um coletivo em prol de mudanças significativas situamos a APAE que traz como proposta fazer o incentivo da participação das comunidades e outras instituições públicas e privadas para ações voltada para atendimentos, prevenção, habilitação e inclusão de pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla no mundo de trabalho, na escola e ambientes sociais.

"Sempre existe a possibilidade de as pessoas se transformarem, mudarem suas práticas de vida, enxergarem de outros ângulos o mesmo objeto/situação, conseguirem ultrapassar obstáculos que julgam intransponíveis" (MANTOAN, p. 76, 2015)

O referencial teórico Mantoaniana aqui abordado traz uma solida contribuição para o desafio da educação inclusiva na rede regular de ensino visto que este está conectado à LDB 1996, o que não nos impede de fortalecer o importante conceito da inclusão no trabalho político desenvolvido pelas APAEs ao longo da história. Entendemos que a APAE contribui para um processo de inclusão no campo social, por entregar oportunidades de aprendizagens a sujeitos historicamente excluídos, e o que mais chama a nossa atenção é que esta é uma organização que em muitos espaços do Brasil não são mantidas pelo poder público, o que não as impedem de continuar o exercício de educação inclusiva no nosso país.

Debater politicamente a educação na perspectiva de inclusão é destacar também o marco político contemporâneo, que não pode faltar nessa pesquisa, a aprovação da meta 04 do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, que prevê universalizar o ensino para a população de 04 a 17 anos com deficiências múltiplas e/ou intelectuais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, o que nos autoriza a refletir sobre o papel das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) enquanto organização não governamental que pode contribuir no cenário de estudos e pesquisas para educação inclusiva nos dias atuais.

Em suma, tanto Mantoan como Glat defendem a importância da inclusão na educação e a necessidade de criar ambientes escolares acolhedores e inclusivos para todos os alunos. Mantoan enfatizou a importância de uma mudança de paradigma na educação e formação de professores, enquanto Glat enfatizou a

necessidade de políticas nacionais para garantir a inclusão nas escolas. Estas duas abordagens complementam-se e motivam-se a criar uma sociedade mais justa e igualitária, que valorize a diversidade e promova o respeito pelas diferenças, um caminho certo ao alcance da meta 04 do Plano Nacional de Educação em voga.

Nesse contexto, nossa pesquisa nos conduz a identificar os serviços prestados pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Santaluz, bem como sua qualidade e importância para os alunos com deficiências múltiplas e/ou intelectuais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, segundo a visão de todos os sujeitos envolvidos nesse processo, inclusive, o papel do município, secretaria de educação, enquanto instância responsável pela educação de todos, uma prerrogativa constitucional.

4 BREVE HISTÓRICO DA DEFICIÊNCIA: A LUTA PARA INCLUSÃO DOS DIFERENTES

A Educação Especial é um fenômeno político encarregado de desenvolver as circunstâncias para que as pessoas com especificidades educativas participem da sociedade em que vivem tendo direitos ao processo educacional exercendo dessa maneira a democracia. Atualmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/1996 entende como educação especial em seu Art. 58,

Para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL 2013, Art. 58)

O nosso objeto de estudo, nesse trabalho científico, versa sobre as contribuições que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do município de Santaluz para a educação especial, muito embora, a LDB seja um arcabouço Legal destinada a rede regular de ensino não podemos negar o importante papel das organizações não governamentais na história da educação especial no Brasil.

Convém aqui registrar que os obstáculos das pessoas diferentes na sociedade, ao longo da história, configuram uma longa luta de sobrevivência, desde a antiguidade, pois eram consideradas como indivíduos sem direitos, viviam excluído da sociedade, destacando que no Brasil, a educação especial é um processo novo, ganhando fôlego a partir da década de 90, uma conquista política motivada também pelos movimentos sociais.

Para compreender as situações das pessoas com especificidades educativas no Brasil é importante analisar alguns contextos históricos da antiguidade aos dias atuais. O ser humano com condições especiais, na antiguidade era considerado imperfeito face, a preocupação daquela época em que se consideravam perfeitos, a beleza física e corpos atléticos eram fundamentais.

É importante ressaltar que as questões acontecem até nos dias atuais, pois ainda convivemos com estereótipos de corpos padrões, ser diferente em grupos sociais não evoluídos ainda se constitui como um fenômeno de exclusão. As crueldades, o desprezo e o extermínio aconteciam com frequência na Era Cristã, na Roma Antiga.

Já na Grécia Antiga, as crianças que possuíam algum tipo de deficiência eram escondidas e até mesmo sacrificada, nesse contexto, as crianças, ao nascerem doentes ou com alguma deficiência, eram jogados de um despenhadeiro. (TOMPOROSKI, 2019 e col. apud XAVIER, 2016, p.88). Compreendendo que na Grécia Antiga

Paradoxalmente, na Grécia Antiga existia uma certa “valorização” com pessoas deficientes, relacionados aos guerreiros mutilados nas batalhas, estes eram protegidos pelo Estado, que ficava atencioso e cuidadoso, por esses guerreiros arriscaram suas vidas, também sacrificaram seus corpos na defesa da cidade-estado, mas para a crianças que nasceu com alguma deficiência, não tinha esse valor, por não apresentar corpos perfeitos e físicos ideais para a guerra.

Com o surgimento do cristianismo a percepção do ser humano foi modificada em um indivíduo racional, resultando na concepção e expressão de Deus. Porque as pessoas com inabilidade passaram a merecer cuidados e atenção especiais, mesmo que não desempenhassem funções produtivas para a sociedade seja na economia ou nas guerras passaram a gozar da condição de “humanos”. Assim, as atividades de erradicação e exclusão da pessoa com deficiência tornaram-se inaceitáveis, ocorreram até que sua sobrevivência fosse garantida pela família e pela igreja, mas em todo o processo não foi garantida a integração da pessoa com deficiência na sociedade.

Na idade Média, muitas vezes as pessoas com deficiências eram chamadas de loucos ou alucinados, saindo do abandono e acolhidos em mosteiros ou mesmo igrejas. Com dicotomias da época acreditavam e imaginavam que os deficientes

físicos eram espíritos malignos, possuídos por demônios e que deveriam ser expulsos por meio de comportamentos maldosos.

São Tomás de Aquino passou a considerar as deficiências como um fenômeno natural da espécie humana, fato este que sustentou atitudes como a compaixão e a piedade, com ações sociais mais religiosas e caritativas, apesar da promoção de cuidados em hospitais e abrigos. Com a Reforma Protestante, a humanização da Igreja, além de trazer mudanças, na verdade contribuiu para uma mudança nas atitudes da sociedade e da própria Igreja em relação aos deficientes, pois segundo Martinho Lutero, “o homem é o próprio mal quando lhe faleça a razão e faleça a graça celeste a iluminar-lhe o intelecto, assim, dementes e amentes são seres diabólicos.” (LUTERO, MARTINHO *apud* PESSOTI, 1984, p. 12).

Desta forma, as pessoas com deficiência são consideradas pecadoras, sendo punidas por Deus, pois para expulsar os demônios eram necessários o aprisionamento e chicotadas, mas o Cristianismo mudou a percepção da sociedade sobre eles, e o fato de não serem mais exterminados não proporciona aceitação ou tentativa de inclusão dessas pessoas. Pelo contrário, em alguns casos, ainda são vistas como pessoas diabólicas e sofrem terríveis súplicas. É bom lembrar que a educação no Brasil teve seu início com a chegada dos portugueses, pois os padres Jesuítas tiveram o papel de catequistas e professores dos índios, tendo uma relação estabelecida entre a religião e letramento, e com isso uma cultura de considerar o deficiente como seres diabólicos, uma ação maliciosa que induz o fracasso do homem diante da graça celestial, paradigma esse fortemente enraizado na cultura Brasileira.

Vemos que, enquanto na antiguidade as pessoas com deficiência nem sequer eram consideradas seres humanos, na Idade Média este conceito assumiu um caráter metafísico, ora possuído pelo demônio, e em outras circunstâncias um expiador de culpas. No método científico, começaram os estudos em várias áreas, como ideias sobre a ciência da deficiência, depois começaram a buscar expressão e considerar a deficiência humana como resultados físicos e mentais, no processo começaram a descobrir novas ideias sobre suas origens, que não eram mais interpretadas como maldições divinas ou ação demoníaca, mas como calamidades naturais.

A posição da sociedade conheceu uma ampla diversificação, criando iniciativas para a institucionalização da assistência médica e o desenvolvimento do

ensino da estatística, desenvolvendo simultaneamente novas ideias em vários campos do conhecimento, especialmente na medicina, na filosofia e na educação, e continuou a fortalecer a visão, que buscava cada vez mais identificar as causas ambientais da deficiência, mas aos poucos foi se consolidando a ideia de que pode ser possível educar, pessoas com deficiência mental. É importante lembrar, que essas pessoas são inteligentes, como e qualquer pessoas considerados “normais”, pois as pessoas diferentes têm sua intelectualidade comum, porém a sociedade precisa compreender e acompanhar esse processo, adapta-se e aprender é o que constitui um dos maiores desafios da inclusão.

Com a criação de um instituto para cuidados residenciais e tratamento de pessoas com deficiência mental em Abendberg, Suíça; em meados do século XIX, foi fundado por Guggenbuhl, os resultados de sua obra que acabaram por tensionar a necessidade de uma reforma significativa do então vigente sistema de internação simples em presídios e abrigos. Foi desse projeto que surgiu a ideia e a prática do atendimento instrucional para pessoas com deficiência mental, inclusive no continente americano, assim como na Suíça, porém, passaram de instituições de tratamento e educação para instituições asilares e de detenção e ambientes segregados, dominado por instituições totais e representando o primeiro paradigma formal adotado na caracterização das relações da sociedade. Essa fase foi marcada pela transferência das pessoas com deficiência de sua comunidade para instituições localizadas nos locais onde viviam ou para escolas especiais, distantes de suas famílias, pois as instituições ficavam muito distantes da comunidade de origem para não poder retornar ao núcleo familiar.

Por uma variedade de razões, incluindo proteção, tratamento e educação, as pessoas com deficiência são segregadas da sociedade. Com o advento da Idade Contemporânea, as atitudes em relação às pessoas com deficiência mudaram, pois as principais instituições se interessam pela educação escolar, porém, a ideia de inclusão não ocorria nessa época. A sociedade de hoje ainda insiste em manter essa prática de excluir pessoas que de certa forma não se encaixam no ideal.

5 BREVES REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO VOLTADA PARA AS PESSOAS COM DEFICIENCIA NO BRASIL

No Brasil, a pedagogia especial inspirou-se nas experiências adquiridas na Europa e nos Estados Unidos, onde passaram a organizar serviços de atendimento a cegos, surdos, deficientes mentais e físicos. A Educação Especial não apareceu

na política educacional brasileira até o final dos anos 1950 e início dos anos 1960 no século XX. Destacou-se, em três períodos, o desenvolvimento da educação especial no Brasil, que marcou a natureza e o alcance das atividades de educação dos deficientes: 1854 e 1956, separaram-se as iniciativas oficiais e privados; Entre 1957 a 1993, teve a iniciativa das ações oficiais de âmbito nacional, caracterizando o movimento em favor da inclusão escolar que iniciou em 1993.

Registramos aqui um fato histórico marcante no processo de educação especial no Brasil em 12 de setembro de 1854, Dom Pedro II centralizou a primeira medida com o Decreto Imperial nº 1.428, no império foi fundado no Rio de Janeiro, o Instituto Imperial para Crianças Cegas, O Instituto Imperial que foi fundado devido ao José Álvares de Azevedo, um brasileiro cego que estudou no Instituto para Jovens Cegos de Paris, fundado por Valentim Haüy, também sob a influência de Couto Ferraz, D. Pedro II criou tal instituto, que foi inaugurado em 17 de setembro de 1854, cinco dias após sua fundação. Considerando que Dom Pedro II teve uma ótima iniciativa e dando início com as preocupações no desenvolvimento profissional, educacional e social das pessoas com deficiência, colocando-os como seres humanos dignos de direitos.

Em 1890, durante o governo da República, o Marechal Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant assinaram o Decreto nº 408, mudando o nome do imperial de Instituto dos Meninos Cegos para Instituto Nacional dos Cegos. Então, em 1891, com o Decreto nº 1.320, o Instituto IBC- Instituto Benjamin Constant (MAZZOTA, 1996), após a criação do IBC, Dom Pedro fundou também o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, no Rio de Janeiro, e depois o Instituto passou a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdo, considerada uma instituição educacional, voltada a educação escrita e a formação profissional para crianças surdas de 7 anos. e 14 anos.

Importante destacar que os primeiros professores da educação especial eram mães e pais de alunos que não possuíam nenhuma especialização apenas um curso normal, pois a conduta da política Brasileira de educação especial há muito tempo teve mantido por um só Grupo, que eram os generais e coronéis, no período do Regime Militar, por isso, alguns pais de pessoas com deficiência começaram a compor-se em liderança e coordenação geral e associações para mudar a concepção e condições de atendimento clínico e escolar dos seus filhos com deficiência. Em 11 de dezembro de 1954 foi fundado a primeiras Associações de

Pais e Amigos Excepcionais (APAE), na cidade do Rio de Janeiro-RJ, que teve apoio de alguns pais e fundadores que foi publicado na revista mensagem da APAE, Ano 6, n. 16, segundo Mazzotta (1996):

Dentre seus fundadores, conforme artigo publicado na revista mensagem da APAE, anos 6, n. 16, estava os seguintes nomes: Ercília Braga Carvalho, Acyr Guimarães Fonseca, Henry Hoyer, Armando Lameira Filho, Juracy Lameira e Alda Neves da Rocha Maia. Juntamente com outros pais interessados. (MAZZOTTA, p.35, 1996)

Em meados da década de 1950, já existiam 40 escolas de ensino fundamental que ofereciam algum tipo de auxílio escolar para pessoas com problemas de saúde mental, além de escolas particulares e federais que também atendiam crianças com determinados tipos de deficiência. Entre essas instituições estão o Colégio dos Santos Anjos, escola particular localizada em Joinville, Santa Catarina; a Escola Rodrigues Alves, no Rio de Janeiro, fundada em 1909, que atendia deficientes físicos e visuais; também a Sociedade Pestalozzi no Rio de Janeiro, que atendia pessoas com deficiência mental; Escola Pública São Rafael, fundada em Minas Gerais em 1925, especializada na educação de cegos; Instituto Pestalozzi, escola pública fundada na Bahia em 1935, especializada em problemas auditivos e de saúde mental; Fundada em 1951, a Escola Municipal Heller Keller, que trata de deficiências para adotados, como educação infantil e educação básica. Além disso, muitas outras instituições de ensino têm colaborado para o desenvolvimento da educação especial no Brasil.

Já no início da Segunda Guerra Mundial (1939 e 1945), uma campanha votada pelo governo federal com essa finalidade se mostrou para aumentar o atendimento educacional aos deficientes em nível nacional. Dessa forma, aumentou o número de operadoras privadas que atendem pessoas com deficiência, além da qualidade do atendimento prestado pela rede pública.

Em 1954, foi fundado o Instituto Educacional de São Paulo com o objetivo de atender crianças com deficiência auditiva de 5 a 7 anos. No início dos anos 2000, a escola é dominada pelo Departamento de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (DERDIC), que foi considerado um dos mais importantes centros de formação especializada no ensino e pesquisa de comunicação e fonoaudiologia para pessoas com deficiência. A primeira campanha educativa do SUS no Brasil, implantada no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), teve como objetivo promover os recursos educacionais e de apoio necessários em território nacional, bem como recursos para surdos em sentido amplo. Alguns anos se passaram, a

campanha foi interrompida porque as doações que compunham o orçamento se esgotaram.

A intenção de estabelecer a ajuda pedagógica especial foi concretizada em 1972, quando foi elaborado o primeiro plano setorial de educação, do qual foi criado em 1972 o Centro Nacional de Pedagogia Especial (CENESP), cuja finalidade é promover, a ampliação do atendimento às pessoas com deficiência em todo o país. Supervisionado pela Secretária-geral do Ministério da Educação e Cultura, o CENESP, que gozava de autonomia administrativa e financeira, alguns anos depois transformou-se em Secretaria de Educação Especial, mantendo os mesmos objetivos do CENESP (MAZZOTA,1996).

Em 1989, o movimento de integração brasileira avançou significativamente com a criação da Coordenação Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE), decorrente da Lei nº 7.853, que estabeleceu os direitos da pessoa com deficiência. Política de Integração de Pessoas com Deficiência, que também se orienta por vários princípios como a integração e a normalização. Apresentava dificuldades de integração e preconceitos e mazelas sociais no Brasil como obstáculos importantes.

Só recentemente, a partir da última década de 80 e início dos anos 90, pessoas com deficiência se organizaram e participaram de comissões, coordenações, fóruns e movimentos, tentando de alguma forma garantir os direitos que recebiam, ser reconhecido e respeitado por suas necessidades básicas de convivência com outras pessoas. Esses movimentos permeiam todos os ambientes relacionados ao trabalho, ao trânsito, à arquitetura, ao urbanismo, à previdência, à acessibilidade em geral. As pessoas buscam validação e querem ser ouvidas, assim como outras vozes minoritárias, que devem ser consideradas em uma sociedade democrática como a que vivemos neste país. Mas apesar de os referidos movimentos estarem presentes e terem mostrado a sua atuação em vários campos da vida social, ainda não são fortes em termos de privilégios educativos, processos escolares, especialmente os inclusivos.

Na década de 90, a educação especial era legalmente considerada uma forma de educação no Brasil. Mas essa “forma de ensinar” se caracteriza como um subsistema ou sistema de Co aprendizagem porque funciona de uma forma específica que pode ser observada em alunos, professores, recursos, políticas, entre outros. Esses são sinais históricos do sistema paralelo formado por essa filantropia.

Embora a educação especial provavelmente traga "peculiaridades" em paralelo, as ofertas principais não são diferentes da oferta educacional como um todo. Tal conjugação de propostas políticas pode ser observada em tempos em que tanto a educação básica quanto a especial funcionavam como serviços educacionais.

É válido destacar que a Lei Diretrizes e de Bases do Ensino Nacional - Lei Nº 4.024/61, dedicando um capítulo inteiro à educação especial. O objetivo da referida Lei era condenar o preconceito, comprometer-se com a educação para todos, evitar qualquer atividade discriminatória na educação regular, garantindo o direito à educação dos "alunos excepcionais" e seu artigo 88 estabelecia que, para a integração desses alunos à sociedade, eles deveriam ser tão idôneos quanto o sistema geral de ensino. É compreensível que esse sistema geral incluía tanto os serviços de educação geral quanto os especiais, mas também pode ser entendido que se a educação dos deficientes não se enquadra no sistema geral, deve formar a educação especial, que passa a ser um serviço de educação primária.

O artigo 205 do Capítulo III da Educação, Cultura e Esporte da Constituição Brasileira de 1988 diz: "A educação é direito de todos e dever do Estado e da família". O seu artigo 208.º diz: "...o dever educativo do Estado cumpre-se assegurando: "a assistência educativa especial aos deficientes, preferencialmente na rede principal de ensino", não só no que se refere à adaptação de edifícios para assuntos públicos.

Atualmente, a legislação brasileira orienta as instituições de ensino a educarem alunos com necessidades educacionais especiais em salas de aula regulares em todos os níveis, etapas e formas de ensino. A LDB 9.394 /96, Arts. 59, indica que os sistemas educacionais asseguram que alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e alunos muito capazes ou talentosos: esta Lei determina que: Currículos, métodos, técnicas, recursos didáticos e arranjos especiais para atender às suas necessidades. Nesse sentido, a LDB oferece uma nova abordagem educacional para essa população, que exige que o professor identifique as barreiras que limitam ou impedem o aluno de participar ativamente do processo escolar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente reafirma o disposto no artigo 208 da Constituição Federal: a educação dos portadores de necessidades especiais é de responsabilidade do Estado, tal legislação reforça na década de 90 o princípio

básico da Constituição muito embora nessa época há a evidência de amplitudes no campo filantrópico e privado.

Como podemos perceber a história da educação especial no Brasil é marcada por iniciativas governamentais e não-governamentais o que nos estimula a refletir que ao longo dos séculos sempre existiram lacunas no processo de inclusão dos diferentes no âmbito educacional, lacunas essas, que caracterizam o objeto de luta de muitos movimentos sociais até os nossos dias.

Ressaltamos que a batalha por uma educação de qualidade para as pessoas com necessidades especiais deve estar centrada nos encaminhamentos políticos que são dados a Educação como um todo, pois compreendemos que as políticas de inclusão constituem além de um grande desafio para o século XXI uma oportunidade para a construção de outro mundo mais humano e mais justo, no qual todos possam viver com dignidade.

Destacamos no quadro abaixo marcos históricos nas batalhas políticas sociais que marcam a trajetória histórica da educação inclusiva no Brasil.

Ano	Fatos marcantes na educação especial
1961	Lei 4.024 de Diretrizes e Bases para a Educação: Art. 88- A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade. Art. 89- Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções (BRASIL, 1961).
1971	Lei 5.692 de diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus: Art. 9º- Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (BRASIL, 1971).
1988	Constituição Federal Brasileira, Art. 208: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).
1990	Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien, Tailândia) (UNICEF, 1990).
1990	Lei nº 8.069/90: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Art. 54- É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1990).
1994	Declaração de Salamanca na área das necessidades educativas especiais (Salamanca, Espanha) (UNESCO, 1994).
1996	Lei nº 9394/96- Atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

	Pela primeira vez no Brasil, uma LDB tem um capítulo reservado à Educação Especial, cujos detalhamentos são fundamentais (BRASIL, 1996).
1999	Declaração de Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, estipula que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, o que é definido como discriminação, com base na eficiência, qualquer distinção ou exclusão que possam impedir ou incapacitar o exercício de 804 direitos humanos e liberdades fundamentais.
2001	Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001: Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001).
2015	Lei Brasileira de Inclusão, LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.
2022	(Alterações na LBD atual no campo de educação especial.)

Tabela 1 - Os mais importantes acontecimentos da Educação Especial em nosso país.

Fonte: A história das pessoas com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão, Interritórios Revista de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, Brasil V.3.N.5; 2017; organizada pelas autoras RODRIGUES, Ana Paula Neves; LIMA, Cláudia Araújo.

No campo de batalha por inclusão é no século XX que surge a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais que nasceu em 1954, no Rio de Janeiro, caracterizando-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência, prioritariamente aquela com deficiência intelectual e múltipla.

Na próxima seção, iremos discorrer, de modo breve sobre o surgimento da APAE, enfatizando as contribuições que esta instituição proporcionou e continua efetivando no que tange aos processos de inclusão das pessoas com alguma deficiência, lutando em prol do respeito e dignidade das pessoas, que por serem diversas, despertam, em muitos sujeitos, ainda o preconceito e o capacitismo.

6 SURGE A APAE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXECPCIONAIS: BREVES APONTAMENTOS HISTÓRICOS

Promover e articular ações de defesa de direito, prevenção, orientação, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e a construção de uma sociedade justa e solidária com esta solida missão a APAE surge no Brasil em um contexto de lutas sociais pela democracia tendo como missão ser um movimento de pais, amigos e pessoas com deficiência, de excelência e referência no país na defesa de direitos e prestação de serviços.

Prestar serviços assistenciais às pessoas com deficiência promovendo a defesa de seus direitos, o apoio aos familiares e oferecer atendimento especializado nas áreas de educação, saúde, assistência social, trabalho, artes, esporte e lazer, tendo como valores: Ética e transparência nas relações, respeito à diversidade humana, qualidade e inovação, comprometimento com a causa, atitude colaborativa, valorização das pessoas.

Beatrice e George Bemis, diplomatas representantes dos Estados Unidos, ao chegarem ao Brasil em 1954 e não encontraram nenhuma entidade de acolhimento para um filho com a síndrome de Down. Este fato motivou o casal a lutar por um organismo que contemplasse o atendimento às pessoas com deficiência intelectual. Aliaram-se aos diplomatas, pais, amigos e médicos das pessoas com deficiência e, com eles, nasceu a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE - em março de 1955, em uma reunião na sede da Sociedade Pestalozzi do Brasil, para escolha do seu Conselho Deliberativo. A APAE, contando com o apoio e o espaço cedido pela Sociedade Pestalozzi, deu início aos seus trabalhos pedagógicos; conseguiu formar duas turmas com 20 crianças com deficiência, nesse mesmo ano de 1955.

Os contextos sociopolítico, econômico e cultural no qual a APAE foi fundada categorizavam as pessoas com deficiência múltipla e intelectual como diferentes dos demais, provocando dificuldades na aprendizagem. Por conseguinte, as instituições de ensino público e privado excluíaam essas pessoas dos processos de ensino e aprendizagem que ofereciam à população escolar.

O movimento apaeano se ampliou para outras capitais e a posteriori para as cidades do interior dos estados. Entre os anos de 1954 a 1962 surgiram dezesseis APAEs em todo o Brasil.

7 ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTALUZ (BA): UM BREVE HISTÓRICO E SUA ROTINA ATUAIS.

A Apae de Santaluz-Ba, foi fundada em 21 de agosto de 1991, na referida cidade, Estado da Bahia, no salão da AABB – Associação Atlética Banco do Brasil de Santaluz, a iniciativa veio através de um grupo de pais, amigos e uma psicóloga que passava pela cidade na época.

Cujo o objetivo da época, era somente apenas ter um espaço onde as pessoas com deficiência pudessem sair de casa e frequentar, sair do seu círculo familiar e ter uma vida social, até então, achavam que as pessoas com deficiência só

precisavam de tratamentos médicos, de acordo com Betha Valente (2006, p. 11), “Antes a criança era rotulada como PNE (Portadores de Necessidades Especiais) a partir de um diagnóstico clínico, que fazia com que os colegas e certos docentes rotulassem estas crianças como “burras”. Esses professores eram totalmente desinformados sobre a realidade psicopedagógica dos alunos. Esse olhar clínico e reducionista sobre os problemas de aprendizagem resultava em atitudes preconceituosas.” Percebemos que hoje essas pessoas aprendem no seu ritmo, de acordo com suas possibilidades físicas e cognitivas. A APAE de Santaluz foi a primeira instituição que trouxe a Educação Inclusiva para a cidade com o objetivo de promover a integração das pessoas com especificidades na sociedade.

Inicialmente, o trabalho da APAE centrou-se na prestação de serviços a pessoas com deficiência intelectual, com o apoio das suas famílias e comunidades. Em 1998, teve início uma proposta educacional com o objetivo de ensinar pessoas com deficiência auditiva a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS.

Ao longo dos anos, o número de usuários da instituição, triplicou, aumentando significativamente a procura de serviços e a realização de atividades de inclusão e integração das pessoas com deficiência no contexto social. A Apae de Santa Luz busca desenvolver o potencial das pessoas com deficiência e promover sua capacidade de interação com outros grupos sociais, bem como despertar seus talentos e necessidades educacionais, conforme Mantoan (2003) O objetivo da inclusão é incluir alunos ou grupos de alunos que tenham sido anteriormente excluídos, e o objetivo da inclusão é não deixar ninguém fora do ensino regular desde o início da sua vida escolar. As escolas inclusivas proporcionam uma forma de considerar as necessidades de todos os alunos e estruturar um sistema educativo em torno dessas necessidades.” Apae é uma organização privada que persegue o interesse público, mas coopera para desenvolver as suas atividades sem dependência do Estado, pois é uma instituição sem fins lucrativo, Quanto a ação na área de assistência social , educação, saúde, prevenção, profissionalização, defesa e garantia de direitos e esporte e cultura e lazer e estudo , pesquisa e outros. Visto que, o seu serviço é promover e articulações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviço, apoio à família, direcionadas à melhoria de qualidade de vida das pessoas com deficiência na expectativa da inclusão social. Por essa razão, a Federação Nacional das Apaes (2007, p. 9) nos traz a seguinte reflexão:

A inclusão é entendida no contexto do Movimento Apaeano como acesso pleno aos direitos sociais independentemente dos espaços físicos onde esses direitos serão exercitados.

Atualmente, a APAE de Santaluz coordena atividades de proteção de direitos, prevenção, orientação e apoio às famílias, abrangendo outras áreas urbanas e rurais da cidade, melhorando sua qualidade de vida, oferecendo atendimento especializado. Um fato que desperta nossa atenção é que em 2023, a APAE Santaluz ainda não tem sede própria, funciona em casa alugada localizada à rua José Francisco dos Santos nº 51, Bairro Horácio rego, sua estrutura física ainda não é adequada para atender as necessidades do seu público, funciona em uma residência com salas utilizadas para atendimento de segunda-feira à sexta-feira no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h, mas mesmo com essas dificuldades buscam melhorar as necessidades que os assistidos da APAE apresentam. Percebemos na pesquisa que os alunos são chamados de Assistido da APAE, o que indica um caráter de natureza assistencial no âmbito dos trabalhos oferecidos mantendo a instituição como uma grande rede de pais, amigos, pessoas com deficiência, voluntários, especialistas e organizações parceiras públicas e privadas que promovem e defendem direitos e inclusão social. É considerado o maior movimento beneficente do Brasil e do mundo, o que nos remete a uma profunda indagação: inclusão é um benefício? Inclusão é um direito?

APAE de Santa Luz recebe apoio financeiro de um grupo de colaboradores (associados) e, em cooperação com a prefeitura e a secretaria municipal de educação, disponibiliza inúmeros especialistas para a instituição. Conforme o Estatuto da Apae de Santaluz, Capítulo II, seção I no Art. 13, nº 1 e 2 que aborda:

Art. 1.3 — A Apae de Santaluz (BA) é constituída por número ilimitado de associados, pessoas físicas e Jurídicas, neste caso representada pelo Diretor ou Presidente que consta do contrato social.

§1º São requisitos para admissão do associado: idoneidade, maioridade, capacidade legal, envolvimento com a causa da pessoa com deficiência, compromisso com as ações desenvolvidas pela Apae.

§2º — Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da Apae.

Assim sendo, APAE Santaluz conta uma equipe especializada composta pelos profissionais. Quanto ao quadro de funcionários: são cedidos pela prefeitura municipal, estado e pago com recursos próprios. 3 professores sendo 2 de 40 horas

cedidos pela Secretaria Municipal de Educação e 1 de 20 horas cedida pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia. 01 funcionária de apoio, 02 auxiliares de sala, 01 assistente social, 01 fisioterapeuta, 01 Educadora física e uma auxiliar administrativa.

Por ser uma organização beneficente, sustenta suas operações por meio de contribuições de associados, doações e parcerias com órgãos públicos e empresas privadas. Contudo, estes recursos combinados não são suficientes para cobrir os custos do atendimento especializado prestado por esta instituição.

Com o surgimento da APAE no Brasil, o movimento Apaeano foi promovido pela Declaração dos Direitos Humanos da ONU, o que fortaleceu essa tendência na busca pelos direitos das pessoas com deficiência. O movimento agora une as federações nacionais FENAPAES – APAE espalhadas por todo o país, integrando a APAE de Santaluz no processo de coordenar, implementar, determinar as políticas para prestar apoio às pessoas com deficiência, de preferência pessoas com deficiência intelectual e múltiplas, de acordo com as políticas adaptadas pela Federação das Apaes do Estado e pela Federação Nacional das Apaes, promovendo e assegurando a defesa do progresso, do prestígio, da credibilidade, da unidade orgânica e da filosofia do movimento Apaeano.

A APAE de Santaluz adota como símbolo a imagem de uma flor de margarida com pétalas amarelas, centro laranja, caule e duas folhas verdes. São duas mãos nas laterais, uma de cada lado, cinza, áspera, uma em posição de apoio e outra em



com o
centro
acima)
e 1,5

APAE

posição de apoio, posição de comando, abaixo, partindo do centro, estão dois ramos de louro contendo tantas folhas quanto o número de estados brasileiros mais o Distrito Federal, esse símbolo foi adotado pela APAE de Santaluz em consonância

o símbolo do movimento. A bandeira é na cor azul, no símbolo do movimento Apaeano, (que foi citado e o nome da APAE, com a dimensões de 1 de altura de largura. O uso e aplicação do símbolo do movimento Apaeano deverá obedecer ao manual da marca publicado pela Federação Nacional das APAES em termos de cor, proporção, área de isolamento, tipografia e formato de assinatura.



Figura 5: Símbolo e Bandeira da APAE
Fonte: Rede Social da APAE (Domínio público)

A formação institucional é delineada da seguinte maneira: Federação Nacional das APAEs, Federação Estadual das APAEs e APAEs locais, bem como Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e de Administração, que os mandatos serão durante o triênio 2023/2025.

Como relata no Estatuto da Apae de Santaluz, Capítulo III, seção I no Art. 21 nº 1 que:

1º - Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, e os da Diretoria Executiva deverão ser associados contribuintes da Apae há, pelo menos, 1 (um) ano, preferencialmente com experiência diretiva no Movimento Apaeano, quites com suas obrigações junto à tesouraria ou associados especiais que comprovem matrícula e frequência regulares há, no mínimo, 1 (um) ano, nos programas de atendimento da Apae. (2019)

Conforme o Estatuto da Apae de Santaluz, os membros têm que ter pelo menos 1(um) ano de contribuição como associados contribuintes e com experiência com o Movimento Apaeano, conforme dados colhidos pela pesquisa apresentaremos a seguir a Constituição atual da APAE Santaluz:

A Diretoria Executiva é composta por:

Presidente: Marivaldo Matos Abreu;

Vice-presidente: Pedro Raimundo Pereira dos Santos;

1º Secretário: Edisvânio Nascimento Pereira;

2ª secretária: Deise Ferreira dos Santos;

1ª Diretora Financeira: Rozeane dos Santos Ferreira de Abreu;

2ª Diretora Financeira: Luzinete Lima Barreto;

Diretora de Patrimônio: Erika Janine Matos Avelino;

Diretor Social: Renata Santos Góes.

O Conselho de Administração contei cinco membros:

Presidente: Marileide Almeida Silva e mais quatro membros: Marli Nunes Lima, Mara Viviane do Nascimento, Mariza de Jesus Reis e Ivanete Araújo Macedo.

O Conselho Fiscal tem dois setores: o Titulares e o Suplementes, no setor Fiscal Titular tem três membros: Luzinete Ferreira Damasceno, Pedro Ernesto Santos Cerqueira e Denis Pablo dos Pedreira; no setor Fiscal Suplentes é composto por três membros: Aurea Matos dos Santos; Donato Andrade Júnior e Jorge dos Santos Oliveira. Quanto ao Conselho de Administração e Conselho Administrativo e Fiscal estes são compostos por voluntários, de acordo com a constituição. Também tem o procurador Jurídico Henre Evangelista Alves Hermelino, assim como Autodefesores que tem dois componentes: Paulo Vitor de Oliveira Santana e Jailza Silva Moreira. É muito importante o movimento de autodefensoria, pois valorizar a condição humana de quaisquer pessoas, não importa sua especialidade. Como relata Oswaldo Montenegro sobre o movimento de autodefensoria:

O movimento de autodefensoria também se preocupa com o papel dos coordenadores. Para tal, traça a competência do coordenador no diverso nível de atuação, definindo o papel adequado dessa importância figura, a qual deve ter plena ciência e consciência de sua atuação e de seus limites junto ao autodefesores. (2009, p. 23)

A Apae de Santaluz busca também essa valorização das condições humanas das pessoas com especialidade, colocando esses indivíduos como autores e atores da sua própria história, pronto para assumir sua posição e tomar decisões apropriadas na sua própria vida ou de alguém, como cidadão que tem direitos e é responsável pelos seus atos, com autonomia permite que encontre sua própria identidade e aumente suas oportunidades de fazer escolhas, articulados os assistindo da Apae, a desenvolver seus potenciais em relações aos direitos e deveres enquanto cidadão. No processo de observação, dos assistidos da Apae, percebemos que estes ajudam as professoras no decorrer das atividades, inclusive no processo de auxílio de um cadeirante, percebemos que as vezes o mesmo ficava saindo da cadeira quando estava em processo de expressão oral, nessa atividade de observação notamos que a atmosfera afetiva é muito presente nas relações educativas estabelecidas na APAE Santaluz.

Ao longo dos anos, o número de usuários da instituição, duplicou, aumentando significativamente a procura de serviços de atendimentos, que visam a inclusão de pessoas com deficiência e a sua integração no contexto social. A instituição tem 57 assistidos, entre os que frequentam. A faixa etária dos assistidos são de 8 anos até 53 anos, tendo 29 femininos e 28 masculinas. Também entre esses 57 assistidos tem 5 que frequentar o ensino regular, sendo que 4 estão no

ensino fundamental e 1 no ensino médio. Como o processo da Apae de Santaluz é promover melhoria de qualidade de vida das pessoas com especialidades, principalmente ao intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, mas atende quaisquer pessoas com especialidades física e mental, pois tem 11 autistas, 20 síndrome de down, 7 paralisia cerebral, 15 intelectual, 1 física, 2 surda e 1 Visual.

A rotina pedagógica da Apae de Santaluz é feita atrás de atividades em grupos, com oficina, artes, educação física, também trabalhar com habilidades de escritas e leitura. Os trabalhos da Apae são desenvolvidos através da regulação do Estatuto das Apaes, pelo Regulamento da Federação das APAE Estaduais e pelo Regulamento da APAE Nacional. Portanto, têm como objetos estatutários, dentro dos limites territoriais do município, este Estatuto atua na linha de:

I - Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, especialmente das pessoas com deficiência intelectual, com distúrbios múltiplos e globais do desenvolvimento, ao longo de toda a sua vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar a plena realização da cidadania direitos;

II – Prestar serviços de adaptação e reabilitação aos grupos populacionais referidos no 1 deste artigo e promover a sua integração na vida comunitária no domínio da assistência social, assegurando cuidados, aconselhamento, proteção e garantias de direitos, de forma separada ou cumulativa. pessoas com deficiência, prioridade intelectual e múltiplas personalidades, e para suas famílias;

III – Prestar serviços educacionais especializados para pessoas com deficiência, priorizando a inteligência e a diversidade;

IV – Prestar serviços no setor saúde, desde a prevenção, até a garantia de melhor qualidade de vida às pessoas com deficiência, priorizando a inteligência e as múltiplas personalidades.

Para atingir seus objetivos, a APAE recomenda:

I – Proporcionar a implementação gratuita, permanente e contínua de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social aos usuários da assistência social e a qualquer pessoa necessitada, sem qualquer discriminação, de forma planejada, diária e sistemática, não se limitando à distribuição de bens, benefícios e referências;

II – Promover campanhas de financiamento municipal e coorganizar campanhas nacionais, estaduais e regionais, com o objetivo de arrecadar recursos

para financiar atividades que melhor beneficiem as pessoas com deficiência, deficientes intelectuais e multirraciais, e atingir os objetivos da APAE;

III – estimular a participação de comunidades e organizações públicas e privadas em atividades e programas voltados à prevenção e ao cuidado de pessoas com deficiência, preferencialmente pessoas com deficiência intelectual e pessoas multirraciais;

IV – Promover parcerias com a comunidade e com organizações públicas e privadas, proporcionando qualificação profissional e oportunidades de emprego para pessoas com deficiência, preferencialmente pessoas com deficiência intelectual e pardas, no mundo do trabalho;

V – Participar de intercâmbios entre filiados, parceiros associados, associações congêneres e organismos oficiais municipais, nacionais e internacionais;

O principal objetivo da APAE é garantir a integração das pessoas com deficiência na sociedade, potencializando a capacidade intelectual e a produtividade e autonomia dos usuários dos serviços. Esta organização assume o papel de proporcionar condições de cuidados especializados às pessoas com deficiência, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e integração social. Cada vez mais procurando se informar e se capacitar para buscar melhoria para as pessoas com algumas especificações educacional, física e mental, participando de eventos, congresso e conferências. Diante de tais apontamentos sobre a perspectiva política da APAE Santaluz compreendemos a intencionalidade de integração dos sujeitos assistidos à sociedade. Compreendemos através desse estudo científico que integração e inclusão são práticas distintas quando o principal objetivo é educar, com essa análise destacamos o grande valor que as APAE tem no Brasil em termo de movimento social atrelado a educação e desenvolvimento dos sujeitos com especificidades.

Refletindo pontos do arcabouço Legal da APAE compreendemos que o seu compromisso está pautado em uma ideia de integração social o que diverge da natureza inclusiva educacional das redes regulares amparadas pela LDB, refletimos aqui o valor que a integração Apaeana tem para a emancipação da sociedade Brasileira em suas lutas históricas pela concretização de um mundo inclusivo.

O movimento de lutas da APAE no Brasil é merecedor de políticas fortalecedoras financiadas pelo Erário público, pois entendemos que a lenta caminhada fomentada por iniciativas privadas no campo da educação inclusiva

iniciada ainda no século XIX ainda carece de olhares e atitudes que implementem a articulação de movimentos pela qualidade da educação ofertada aos alunos com especificidades.

No que concerne ao cotidiano da APAE Santaluz procuraremos socializar os achados dessa pesquisa mediante relatos de protagonistas atuantes na instituição. Socializaremos então acontecimentos oportunos referentes ao dia-a-dia destacados no fluxo do estudo.

A Diretora Geral da APAE de Santaluz, nos relata sobre o 10º Congresso Estadual das Apaes, em Salvador: “Nós da Apae de Santa Luz, participamos do 10º Congresso Estadual das Apaes, na oportunidade nós levamos uma delegação de 10 pessoas, composta por pessoas da diretoria, na pessoa do presidente, representação das famílias, representação dos assistidos da Apae e representação do corpo pedagógico do serviço social de todos os serviços atendidos pela Apae. Nós participamos do Congresso por ser um momento de discussão e por um entender que é um momento onde todas as Apaes se reúnem, Apae do estado da Bahia e demais públicos interessados. Para discutir políticas voltadas para a pessoa com deficiência, discutir ações que possam melhorar o nosso atendimento e aprimorar os nossos serviços e possa garantir direitos para pessoas com deficiência. Então esse Congresso trouxe palestrantes das diversas áreas, desde a área de políticas, assistência social, políticas de saúde, políticas de educação, enfim, todas as políticas, justamente para garantir esse direito e o vários palestrantes também renomados, doutores de diversas áreas esse congresso trouxe um ponto forte esse ano que é a questão da participação das famílias, através de fórum, para as famílias dos assistidos discutirem e se empoderarem para estar cada dia mais, assumindo, o movimento com consciência, com compromisso, com responsabilidade e, acima de tudo com conhecimento. E garantiu a participação dos nossos assistidos. Cada Apae podia levar dois assistidos ou mais para eles mesmo discutirem o que é de melhor e o que é que eles querem que estejam implantando e melhorando dentro do movimento apaeano, é o nada de nós sem nós. E assim, tirando a ideia do capacitismo, um fenômeno altamente nocivo aos avanços na inclusão”



Figura 6: X Congresso Estadual das Apaes Bahia, Fórum de Autodefensores e Fórum da Família realizado em Salvador.

Fonte: Rede Social da APAE (domínio público)

Ao analisarmos o processo de formação continuada em serviço voltada para a educação dos assistidos da APAE compreendemos que a reflexão de novas perspectivas são contribuições eminentes em termos de cidadania e educação, a cada dia que passa surge novas perspectivas e novas situações e para tanto os profissionais atuantes na APAE precisam estar em sintonia de novos conhecimentos, aplaudimos sem sombra de dúvidas a perspectiva crítico reflexiva abrangendo o papel das famílias no cotidiano das APAE, entendendo-as como indispensáveis aos avanços dos sujeito atendidos.

Ainda sobre a pauta formação continuada em serviço a diretora geral da APAE Santaluz nos informa que: “Participamos no dia 31 de outubro, em Serrinha, da conferência territorial das pessoas com deficiência. Essa conferência, teve o objetivo de juntar a região do sisal para criar propostas, políticas e de melhoria da qualidade do atendimento, também dos direitos da pessoa com deficiência e proposta, essas, que serão levadas para a conferência estadual e passando na estadual irão para a nacional, é o controle social e os conselhos participando, implementando as políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência e suas famílias.”

Esse estudo nos revela a importância dada ao processo formativo continuado apontando caminhos de uma educação inclusiva na APAE sugerindo novos paradigmas capazes de favorecer a construção de um atendimento plural e democrático conectado à escola regular desconstruindo padrões excludentes, normativos e elitistas. Percebemos uma preocupação com os sujeitos atendidos em

incluirlos em processos de aprendizados e desenvolvimentos integrais considerando a complexidade de suas especificidades.

Nessa experiência também compreendemos que mesmo com tantas dificuldades, barreiras, tendo poucos recursos financeiros a Apae de Santaluz não desiste de buscar os direitos das pessoas com deficiência, pleiteando uma Educação Inclusiva, no processo de luta em que a sociedade reconheça que essas pessoas são diferentes, e que mesmo com suas diferenças e necessidades estas podem aprender. Considerando que o principal objetivo da APAE é garantir a inclusão social das pessoas com deficiência e aumentar a capacidade intelectual e produtiva. Esta organização assume o papel de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e da integração social, proporcionando condições especiais de proteção às pessoas com deficiência.

Nesse processo de produção do conhecimento científico construímos um contato com docentes atuantes na APAE Santaluz que nos proporcionou os seguintes relatos:

“Meu nome é Danuza da Silva Nunes Oliveira, sou graduada em pedagogia e pós-graduada em Educação Especial Inclusiva, tenho 37 anos. Eu comecei a trabalhar na Apae no ano de 2018, em outubro de 2018. Hoje, na verdade, é uma luta, todos esses anos a gente ainda encontra desafios no sentido de aceitação social com essas pessoas especiais, também alguns fatores que acaba criando certas desavenças por questões familiares. Mas que são coisas que a gente, enquanto profissionais, costuma lidar, de forma tranquila, acaba sempre tudo dando certo. **Quais os pontos positivos de trabalho?** O amor que a gente recebe aqui todos os dias. Assim que a gente chega aqui, recebe cada um deles com um abraço, com uma palavra de carinho. Nós podemos estar passando por coisas muito complicadas, mas isso transforma o nosso coração. Pelo menos eu sempre trabalho na expectativa de que dias melhores virão em todos os sentidos de aceitação para com eles, por onde eles estiverem, onde as famílias deles estiverem, com eles próximos, que eles sejam aceitos, pelo menos respeitados. Avanços para eles a gente tem sim, porque muitos deles são ditos como incapazes. E aqui a gente faz e na nossa prática a gente vê que eles são capazes, isso são avanços que a gente fica feliz todos os dias. Ao ver eles realizarem certas atividades e isso a gente aprende muito e muito. Então, para mim isso são avanços, coisas positivas. **Como Apae de Santa Luz vem contribuindo para a inclusão e o desenvolvimento das pessoas com deficiência?** Então, como eu falei, já é uma luta, né, da instituição,

lutar pela causa da inclusão e a gente não faz isso só aqui de maneira interna, mas sim de forma externa. Nós temos atividades anuais que faz questão de levar esse público para a parte externa da instituição, vai para a rua, faz passeatas, a gente trabalha com a questão da sensibilização, não é do acolhimento da sociedade com eles, é para que as pessoas atendam, recebam. No dia do surdo, levamos os nossos surdos até as lojas para saber como eles seriam atendidos, sensibilizar e tocar aquelas pessoas que elas também precisam estar buscando meios de atender, de se capacitar, de conhecer, de saber como lidar com eles, porque são pessoas diferentes, mas que estão no mesmo contexto social. Então a gente precisa estar buscando formas de atender e de socializar, lidar com essas pessoas. Então Apae de Santa Luz busca, sempre que possível, está tendo esse contato, principalmente social para incluir eles, também estamos sempre abertas as pessoas que queiram nos conhecer, que queiram nos ajudar de forma voluntária, para que a gente contribua com o crescimento deles e também de quem tem esse contato.” (Entrevista concedida ao pesquisador em outubro de 2023)

Compartilharemos o segundo relato obtido mediante entrevista em outubro de 2023: “O meu nome é Glauber Santos Silva. Eu estou em formação na área de pedagogia e eu tenho 21 anos de idade. É quando eu comecei a trabalhar na APAE de Santa Luz, foi em junho de 2022. **Quais os seus maiores desafios enfrentados hoje?** Acredito eu que foi a adaptação, que foi uma coisa nova para mim essa área, está sendo bastante desafiadora, ao mesmo tempo, incrível essa junção. No geral, acredito que os pontos positivos, são o meu desenvolvimento de fato com os alunos, em especial os meninos autistas que tenho um carinho bem grande, um carinho ainda maior. E me trouxeram bastante desenvolvimento. As perspectivas que espero, enquanto avanço, é minha perspectiva de desenvolver, que posso está contribuindo da melhor forma possível. No intuito de conseguir propor avanços para os assistidos da APAE no geral. A APAE de Santaluz está de parabéns, a gente busca a todo dia, toda hora, todo instante, a inclusão, não só aqui dentro, fora também. APAE está sempre presente em todos os eventos, em todas as demandas das regiões. A inclusão de fato se faz presente aqui na APAE de Santaluz.”

Diante dos relatos docentes entendemos que participar da educação de pessoas com necessidades educativas específicas constitui em si um desafio pedagógico a ser amadurecido mediante a prática desenvolvida nos espaços pedagógicos e com a APAE não é diferente, incluir é uma luta constante para transcender o conceito de inclusão sendo que nessa luta o protagonismo docente é

sem sombra de dúvida um dos fatores mais relevantes. Nossas percepções se configuram na necessidade da formação continuada em serviço como fator destaque para os avanços na APAE e não podemos deixar de registrar a urgência em políticas públicas de valorização desses trabalhos pois compreendemos que o ato educativo não deve se encerrar na APAE e sim continuar em todos os espaços de conhecimento, entendemos, pois que a APAE é um pontapé inicial na vida educativa dessas pessoas, as escolas regulares podem, e devem, contribuir e continuar com esses processo de evolução.

8 CONSIDERAÇÕES ÚLTIMAS

A inclusão de alunos com deficiência passou por mudanças significativas desde a década de 90. Tais mudanças alcançadas descrevem uma nova configuração de acesso e inclusão para esses alunos. Através de conquistas relacionadas, seja na educação especial ou fora dela, pessoas e/ou alunos com ou sem deficiência têm direitos garantidos por Lei, e por isso sabemos que TODOS os direitos à educação inclusiva devem ser de alta qualidade. Essa pesquisa teve como objetivo construir um diálogo com perspectivas teóricas sobre inclusão abordando as contribuições de Mantoan e Glat situando o percurso histórico político da APAE de Santa Luz no movimento de luta pelo processo de promoção de políticas públicas para a Educação Inclusiva no Brasil abordando aspectos do seu cotidiano mediante relatos dos sujeitos sociais protagonistas do movimento Apaeano em Santaluz.

Diante de tal objetivo consideramos que a Legislação Brasileira começou a fazer mudanças significativas no sistema educacional brasileiro, incluindo alunos com deficiência, por meio de documentos internacionais, como é citado na tabela inclusa nessa pesquisa, que são: Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien, Tailândia) (UNICEF, 1990) com o objetivo de atender às necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, que são essenciais para os seres humanos, para sobreviver, desenvolver-se plenamente, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente no desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões informadas e continuar a aprender; e o outro a Declaração de Salamanca na área das necessidades educativas especiais (Salamanca, Espanha) (UNESCO, 1994) colocando o mais alta prioridade política e financeira na melhoria do sistema educacional para incluir todas as crianças, independentemente de suas diferenças

ou dificuldades individuais, diante de tais argumentos consideramos que os objetivos foram alcançados deixando aberturas para enriquecimentos futuros desse estudo.

Como essa pesquisa versa sobre apontamentos históricos sobre inclusão trazendo a APAE de Santaluz para essa discursão consideramos também que nos primórdios da história mundial e brasileira, as pessoas com deficiência eram esquecidas, torturadas, excluídas e vítimas de inúmeros preconceitos sem os devidos cuidados, por isso não tinham direitos. Hoje, como resultado da luta, eles têm direitos que devem ser respeitados e garantidos, inclusive o direito à educação onde podemos situar o protagonismo das APAE. Acreditamos que é importante que todos os investimentos atuais e futuros na educação brasileira não repitam o passado, mas considerem realmente o papel das instituições e de seus profissionais em trabalhar a importância da diversidade em todas as suas manifestações. Nos inspiramos em refletir as políticas públicas para a educação especial no Brasil com o desafio de situar a APAE de Santaluz/Bahia nesse contexto complexo de batalhas políticas que garantam o direito de aprender, viver e evoluir de todas as pessoas na sociedade.

Ao apresentarmos um breve histórico nesta pesquisa, percebemos que um longo caminho de marginalização foi percorrido para fortalecer os direitos do público-alvo da educação especial. Deve-se garantir o reconhecimento e a efetividade dos direitos conquistados dos alunos com deficiência, o que está relacionado a ambientes e recursos pedagógicos acessíveis e professores com formação acadêmica que se empenhem em ajudar os alunos com deficiência.

A vivência dos direitos humanos refere-se a práticas que atuam contra todas as formas de marginalização, permitindo que "TODOS" gozem de seus direitos independentemente de suas condições físicas, mentais e sociais. Nesse sentido, a educação especial deve ser inclusiva no sentido pleno de cidadania que é base fundamental de políticas educacionais inclusivas que colaboram para a equidade social.

Ao caminhar pelo percurso histórico da educação inclusiva/especial no Brasil podemos nos deparar com uma importante fonte de reflexão: o importante papel das instituições públicas ao promover a Educação Especial como fenômeno de inclusão e principalmente a potencialidade de um trabalho colaborativo articulado às organizações não governamentais, o que também nos permite problematizar dois fenômenos atuantes no curso desse processo: integração ou inclusão, diante de tais argumentos destacamos que a presente pesquisa não se encerra por si mesma

deixando um amplo espaço para discussões vindouras no campo da inclusão esperamos assim que esse material estimule outros pesquisadores a continuar estudando o tema ampliando o debate sobre o inquestionável valor das APAE na história da educação inclusiva no Brasil.

9 REFERENCIAS

APAE BRASIL, Federação Nacional das APAES. Inclusão da pessoa com Deficiência. Site, APAE Brasil. 2015. Disponível em: <<https://www.apaes.org.br/files/meta/b9f4a423-b282-43c3-889a-07d394a6cb3d/49fd7137-a301-4206-b69d-1ee5e2b89d16/276.pdf>> Acesso em: 01. maio. 2023

APAE. **Estatuto da APAE**. Santaluz, 2014.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

ESCAVADOR, Rozana Glat, biografia. Site Escavador. 2023. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/421881/rosana-glat>> Acesso em:19/10/2023

GLAT, Rozana.; **A integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão**. 3. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2004. (Coleção Questões atuais em educação especial, 1).

Glat, R., & Blanco, L. de M. V. (2015). **Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva**. In R. Glat (Org.), Educação Inclusiva: Cultura e cotidiano escolar (2a ed., pp. 15-35). Rio de Janeiro: Sette Letras.

GOV.BR. **Dados de Santaluz-Ba**; Site IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santaluz/historico>> Acesso em:19/10/2023

_____. Plano Nacional de Educação (PNE). **Lei Federal n.º 10.172**, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001c.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

_____. **Igualdade e Diferença na Escola: como andar no fio da navalha**, In ARANTES, V.A. (Org.) Inclusão Escolar. São Paulo: Summus, 2006.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil – História e Políticas Públicas**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

SANTALUZ-BA, **Dados e histórico de Santaluz-Ba**. Site Prefeitura Municipal de Santaluz.2023. Disponível em: <<https://santaluz.ba.gov.br/pagina/37>> Acesso em:19/10/2023.

BONETTI, Joelma Crista Sandri; ZANLUCA, Andréia. **Através dos movimentos de autodefensoria, os educandos da Apae tornam-se atores e autores de sua própria história**. Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Maiêutica – Serviço Social.

VALENTE, Betha; **A deficiência e a inclusão Social**. Encontro Teológicos nº 43, ano 21, nº 1, 2006.

_____. **Autogestão e autodefensoria: conquistando autonomia e participação**. Brasília: FENAPAES, 2009. v. 3.

_____. **Posicionamento do movimento apaeano em defesa da inclusão escolar de pessoas com deficiências intelectual e múltipla**. Brasília: FENAPAES, 2007.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis; LACHMAN, Vivian; BORTOLINI, Ernani.
Educação Especial. O Longo Caminho: da antiguidade aos nossos dias.
Cadernos Zygmunt Bauman, vol.9. nº 21.2019.

ANEXO I – TERMO DE AUTORIZAÇÃO



Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Departamento de Educação – Campus XIV- Conceição do Coité

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, **Milson Marcolino Oliveira**, abaixo firmado e identificado, autorizo, gratuitamente a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a utilizar minha entrevista, a ser veiculada, primariamente, no material em texto desenvolvido como Trabalho da disciplina Pesquisa Histórica IV, do Curso de Licenciatura em História, ou ainda destinadas à inclusão em outros projetos educativos, organizados e/ou licenciados pela UNEB, sem limitação de tempo ou de número de exibições.

Esta autorização inclui o uso de todo o material criado que contenha a entrevista concedida no dia 01/11/2023, à UNEB, da forma que melhor lhe aprouver, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como material impresso, CD (“compact disc”), CD ROM, CD-I (“compact-disc” interativo), “home video”, DAT (“digital audio tape”), DVD (“digital video disc”), rádio, radiodifusão, televisão aberta, fechada e por assinatura, bem como sua disseminação via Internet, sem limitação de tempo ou do número de utilizações/exibições, no Brasil e/ou no exterior, sendo certo que o material criado destina-se à produção de obra intelectual organizada e de titularidade exclusiva da UNEB, conforme expresso na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais).

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor da série de que trata o presente, o aluno (a) e a UNEB poderá dispor livremente da mesma, para toda e qualquer modalidade de utilização, por si ou por terceiros por ela autorizados para tais fins. Para tanto, poderá, a seu único e exclusivo critério, licenciar e/ou ceder a terceiros, no todo ou em parte, no Brasil e/ou no exterior, a título gratuito ou oneroso, seus direitos sobre a mesma, não cabendo a mim qualquer direito e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Conceição do Coité, 10 de novembro 2022.

Assinatura: Erenildo Nascimento Lima

Nome: Erenildo Nascimento Lima

CPF: 140 541 068-03

End.: Avº Santa Luzia nº 689, Santo Luiz - BA

Assinatura: Emilda Nascimento Lima

Nome: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CPF: CNPJ - 63103311-0009-04

End.: Rua José Francisco dos Santos nº 51
Barroo Hieronimo Rego.

Assinatura: Danuzia da Silva Nunes Oliveira

Nome: DANUZA DA SILVA NUNES OLIVEIRA

CPF: 018.239.995-81

End.: Rua Dom Pedro II, nº 50 - Centro
Santaluz.

Assinatura: Elaine Santos Silva

Nome: Elaine Santos Silva

CPF: 073.198.085.95

End.: Barroo Nossa Dircineia

Assinatura: _____

Nome: _____

CPF: _____

End.: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

CPF: _____

End.: _____